



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Registro: 2025.0000451390**

**DECISÃO MONOCRÁTICA**

**Agravo de Instrumento**      Processo nº **2132292-41.2025.8.26.0000**

Relator(a): **RAUL DE FELICE**

Órgão Julgador: **15ª Câmara de Direito Público**

Agravante: Prefeitura Municipal de Assis.

Agravado: Júlio Cesar Campos.

Comarca: Assis.

**Decisão monocrática nº 25304.**

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS** contra a decisão de fls. 25/31 que, nos autos da execução fiscal nº 1502962-82.2017.8.26.0047, ajuizada contra **JÚLIO CESAR CAMPOS**, indeferiu o pedido de pesquisas para localização de bens em nome da parte executada.

A agravante alega que o indeferimento da pesquisa de veículos em nome da parte executada pelo sistema RENAJud contraria os princípios processuais de cooperação de todos os sujeitos do processo e dificulta a efetividade da execução fiscal. Requer o deferimento da tutela recursal e, ao final, o provimento do recurso.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Sem contraminuta, pois o executado não está representado nos autos.

**É O RELATÓRIO.**

O recurso não comporta provimento.

Como se observa dos autos, a municipalidade requereu a realização de pesquisa pelo sistema RENAJud, visando localizar veículos em nome da parte executada.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 5º, inciso XXXIII, que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A Lei Complementar nº 208/2024 acrescentou os parágrafos 4º e 5º ao artigo 198 do Código Tributário Nacional, *in verbis*:

*“Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.*

*§ 4º Sem prejuízo do disposto no art. 197, a administração tributária poderá requisitar informações cadastrais e patrimoniais de sujeito passivo de crédito tributário a órgãos*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*ou entidades, públicos ou privados, que, inclusive por obrigação legal, operem cadastros e registros ou controlem operações de bens e direitos.*

*§ 5º Independentemente da requisição prevista no § 4º deste artigo, os órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes colaborarão com a administração tributária visando ao compartilhamento de bases de dados de natureza cadastral e patrimonial de seus administrados e supervisionado”.*

Desse modo, após a vigência da nova legislação complementar a intervenção do Poder Judiciário não é mais necessária na busca de informações cadastrais e patrimoniais do sujeito passivo de crédito tributário, que podem ser requisitadas diretamente pela Fazenda Pública, inclusive a órgãos centralizadores de informações mantidos pelo Poder Judiciário, todavia em pedido de natureza administrativa.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Tema 225 (RE nº 601.314/SP), que discutia a constitucionalidade do artigo 6º da Lei Complementar nº 105/2001, que permitiu o fornecimento de informações sobre movimentações financeiras diretamente ao Fisco, sem autorização judicial, fixou a seguinte tese: “O art. 6º da Lei Complementar 105/01 não ofende o direito ao sigilo bancário, pois realiza a igualdade em relação aos cidadãos, por meio do princípio da capacidade contributiva, bem como estabelece requisitos objetivos e o traslado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal”.

Nesse sentido é a jurisprudência recente desta 15ª Câmara de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Direito Público:

*“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PESQUISA DE BENS. RECURSO DESPROVIDO. I. Caso em Exame 1. Agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu a renovação de pesquisa de bens em nome do executado, após 7 anos da última tentativa de penhora via SISBAJUD, alegando inexistência de alternativas para busca de valores e bens. II. Questão em Discussão 2. A questão em discussão consiste em determinar se é cabível a renovação da pesquisa de bens do executado por meio do sistema SISBAJUD, considerando a nova legislação que permite à administração tributária requisitar diretamente tais informações. III. Razões de Decidir 3. A Lei Complementar nº 208/2024 permite que a administração tributária requirite informações cadastrais e patrimoniais sem necessidade de decisão judicial. 4. O STF, no julgamento do Tema nº 225, firmou entendimento de que a requisição direta não viola o sigilo bancário, transferindo o dever de sigilo para a esfera fiscal. IV. Dispositivo e Tese 5. Recurso desprovido. Tese de julgamento: 1. **A administração tributária pode requisitar diretamente informações patrimoniais sem decisão judicial.** 2. **O dever de diligência na localização de bens para satisfação de débito cabe à entidade tributante.** Legislação Citada: Lei Complementar nº 208/2024, art. 198, §§ 4º e 5º. Jurisprudência Citada: STF, Tema nº 225 da repercussão geral” (AI nº 2352269-69.2024.8.26.0000, Rel. Des. Marcos Soares Machado, j. 7/2/2025).*

*“DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. INDEFERIMENTO DE PESQUISA DE*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*BENS. RECURSO DESPROVIDO. I. Caso em Exame 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Município de Assis contra decisão que indeferiu pedido de pesquisa de bens da executada, sob o fundamento de desnecessidade de intervenção judicial conforme o § 4º do art. 198 do CTN. II. Questão em Discussão 1. A questão em discussão consiste em determinar se a pesquisa de bens em execução fiscal depende de decisão judicial ou pode ser requisitada diretamente pela entidade tributante. III. Razões de Decidir 1. A decisão recorrida baseou-se na Lei Complementar nº 208/2024, que permite à administração tributária requisitar informações cadastrais sem necessidade de decisão judicial. IV. Dispositivo e Tese 5. Recurso desprovido. 6. Tese de julgamento: 1. **A pesquisa de informações cadastrais e patrimoniais pode ser requisitada diretamente pela administração tributária sem necessidade de decisão judicial.** 2. **Cabe ao exequente a diligência de localizar o devedor e bens para satisfação do débito. Legislação Citada: CTN, art. 198, §§ 4º e 5º. Lei Complementar nº 208/2024. Jurisprudência Citada: STF, Tema nº 225 da repercussão geral” (AI nº 2393097-10.2024.8.26.0000, Rel. Des. Eutálio Porto, j. 31/10/2025).***

Assim, a pretensão da municipalidade exequente não pode ser deferida, porquanto é perfeitamente possível a obtenção das informações junto aos órgãos e sistemas competentes pelo interessado, que informará o juízo em caso de sucesso na busca.

Dessa forma, impõe-se a manutenção da decisão agravada.

Ante o exposto, **nega-se provimento ao recurso**, nos termos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

explicitados.

São Paulo, 9 de maio de 2025.

**RAUL DE FELICE**  
**Relator**